



SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP,RL  
ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA  
& ASSOCIADOS



Nº02/18

# NEWSLETTER

## NOTA SOBRE OS JUROS INDEMNIZATÓRIOS ALEGADAMENTE DEVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA NO REEMBOLSO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

This Information is intended for general distribution to clients and colleagues and the information contained herein is provided as a general and abstract overview. It should not be used as a basis on which to make decisions and professional legal advice should be sought for specific cases. The contents of this Information may not be reproduced, in whole or in part, without the express consent of the author. If you should require further information on this topic, please contact [contact@rfflawyers.com](mailto:contact@rfflawyers.com).

\*

This Information is sent in compliance with articles 22 and 23 of Decree-Law no. 7/2004, of 7 January, regarding unsolicited e-mails. If you wish to be removed from our mailing list and avoid similar future communications, please send an email with "Remove" to the email address [newsletter@rffadvogados.com](mailto:newsletter@rffadvogados.com).

\*\*\*

Legal 500 – Band 1 Tax “Portuguese Law Firm” and Band 1 Tax “RFF Leading Individual” 2013/2014/2015/2016

Chambers & Partners – Band 1 “RFF Leading Individual” 2013/2014/2015/2016

International Tax Review – “Best European Newcomer” (shortlisted) 2013 / “Tax Firm of the Year” (shortlisted) 2014/ “Tax Controversy Leaders” 2014/2015 / “Indirect Tax Leaders 2015” / “Women in Tax Leaders Guide 2015” / “European Best Newcomer” 2016/ “Portugal Tax Firm of the Year” (shortlisted) 2017/“European tax Disputes of the Year” (shortlisted) 2017/ “European Indirect Tax Firm of the Year” (shortlisted) 2017

Best Lawyers – “RFF Tax Lawyer of the Year” 2014 / “Recommended Lawyers” 2015/2016

Who’s Who Legal – “RFF Corporate Tax Adviser of the Year” 2013/2015 / “Corporate Tax – Controversy” 2016 / “Corporate Tax section of WWL - Thought Leaders” 2017

IBFD – Tax Correspondent Angola, Mozambique and East-Timor 2013/2014/2015/2016



[www.rfflawyers.com](http://www.rfflawyers.com)  
Praça Marquês de Pombal, 16 – 5º (Reception)/6º  
1250-163 Lisboa • Portugal  
T: +351 215 915 220 • F: +351 215 915 244  
[contact@rfflawyers.com](mailto:contact@rfflawyers.com)



1. Em Acórdão datado de 13 de Dezembro de 2017, o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da Taxa Municipal de Protecção Civil de Lisboa. Após a publicação do Acórdão, têm vindo a ser suscitadas, no âmbito dos meios de comunicação social, questões sobre os efeitos desta decisão, nomeadamente junto dos contribuintes lisboetas, tendo vindo a ser indicado, além do reembolso dos montantes pagos — e que agora se mostraram indevidos —, que a Câmara Municipal de Lisboa deverá acrescentar uma indemnização, consubstanciada no pagamento de juros indemnizatórios.

2. Quanto ao reembolso dos montantes pagos a título de Taxa Municipal de Protecção Civil de Lisboa, inexistem dúvidas de que a Câmara Municipal de Lisboa deverá devolver os montantes recebidos aos contribuintes. Restará, saber porém se efectivamente, o irá fazer officiosamente ou se irá aguardar

pela iniciativa dos contribuintes, ou seja, pelo pedido de revisão officiosa do tributo e consequente pedido de reembolso. No imediato, parece ser esta última a solução da Câmara Municipal de Lisboa, dado que, no seu site, indica que irá “escrever a todos os proprietários que pagaram a Taxa Municipal de Protecção Civil entre 2015 e 2017 e será aberto um balcão e um sítio na internet para a devolução das verbas”, ainda se aguardando ulteriores desenvolvimentos.

3. No que concerne ao eventual pagamento de juros indemnizatórios, e após perante tal iniciativa dos proprietários lisboetas (nomeadamente através do balcão que será criado para o efeito), os juros indemnizatórios apenas serão devidos caso a Câmara Municipal de Lisboa atrase em mais de um ano a revisão e o reembolso; só sendo, aliás, devidos juros a partir de um ano decorrido da data do pedido de revisão até à data do efectivo reembolso. Já no caso de a Câmara Municipal de Lisboa proceder, por sua iniciativa exclusiva, à anulação dos actos de liquidação do tributo, terá 30 dias para efectuar o reembolso da taxa, momento a partir

**Nota Sobre os Juros Indemnizatórios Alegadamente Devidos Pela Câmara Municipal de Lisboa No Reembolso Da Taxa Municipal De Protecção Civil**

do qual serão também contados juros indemnizatórios no caso de a Câmara se manter inerte.

4. A obrigação de indemnizar por parte da Câmara Municipal de Lisboa, existirá, assim, apenas, nos casos de atraso, imputável à Câmara Municipal de Lisboa, no reembolso dos montantes que se mostraram indevidamente pagos pelos proprietários lisboetas, caso demore mais de um ano a proceder, a pedido dos contribuintes, à revisão oficiosa dos actos de liquidação da Taxa Municipal de Protecção Civil de Lisboa ou, no caso de a Câmara Municipal de Lisboa proceder à anulação do acto de liquidação, por sua iniciativa exclusiva, e se atrasar em mais de 30 dias a efectuar o pagamento do reembolso.

Lisboa, 03 de Janeiro de 2018

Rogério M. Fernandes Ferreira  
Álvaro Silveira de Meneses